

INSTITUTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES
INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO



**Observatório
das Metrópoles**
Instituto Nacional de
Ciência e Tecnologia

**CULTURA CÍVICA E ORGANIZAÇÕES ASSOCIADAS NAS METRÓPOLES
BRASILEIRAS**

Uma identificação de tipologias associativas nas Regiões Metropolitanas

Autores: Filipe Corrêa e Humberto Meza

TR Regimes Urbanos
As Metrópoles e o Direito à Cidade

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de identificar a tipologia de associações cívicas nas metrópoles brasileiras, priorizando o mapeamento no conjunto de conglomerados urbanos relacionados com a pesquisa nacional “As Metrópoles e o Direito à Cidade”, coordenada pelo INCT Observatório das Metrópoles. A nossa discussão parte de uma metodologia quantitativa que visa criar tipologias das associações e observar o seu comportamento no conjunto das Regiões Metropolitanas (RMs) selecionadas. Para isso revisaremos fundamentalmente a Base de Fundações e Associações em Fins Lucrativos, FASFIL 2016 apresentada pelo IBGE em abril de 2019.

Palavras-chave: Associativismo. Terceiro setor. Democracia. Metrópoles.

1. INTRODUÇÃO

Ocupando um papel central no debate sobre a consolidação democrática brasileira (LÜCHMANN, 2014), as *associações do Terceiro Setor* – assim como os arranjos associativos inerentes – alimentaram uma vasta produção analítica preocupada em explicar a configuração da sociedade civil no contexto pós-ditadura. Estimulada por um campo fértil de formulações teóricas no lastro da construção democrática e tributárias do modelo de “nova sociedade civil” ancorado no estudo de Cohen e Arato (2001), a produção decorrente iluminou uma configuração de sociedade civil altamente heterogênea e contenciosa em si mesma, mas longe da relação constitutiva com o Estado (GURZA LAVALLE, 1999).

Concomitante com essa produção teórica, a reforma gerencial do Estado situada entre finais da década de 1990 e começo dos anos 2000 confluiu com a consolidação de uma prática societal que veio a reboque das experiências de luta movimentalista pela redemocratização de finais dos anos 1960. Assim, o Brasil começou a experimentar a existência – e disputa – de dois elementos constitutivos da esfera pública não estatal. Por um lado, a reforma gerencial do Estado (como consequência das reformas promovidas por Bresser Pereira) que permitiu a transferência de políticas de bem-estar (saúde, educação e assistência social etc.) à iniciativa privada e Organizações Sociais (com respectivas emendas no arcabouço jurídico), e, por outro, a ampliação de arranjos institucionais na Sociedade Civil capazes de canalizar as demandas de cidadania (PAES DE PAULA, 2005).

Assim, o fortalecimento de uma espécie de “democracia associativa” (HIRST, 1994) na arena societal, portadora dos anseios pelo aprofundamento da cidadania, veio ao

encontro do aprofundamento neoliberal de desmonte do Estado como responsável único da prestação de serviços públicos, portadora de um ideário de “eficiência” pública. Essa “confluência perversa” (DAGNINO, 2006) firmou, sob tensão, as bases para a consolidação de um padrão organizativo, já no começo dos anos 2000 no chamado “Terceiro Setor” – terceiro porque separado do Estado e do Mercado – como campo privilegiado da absorção social do Estado (através da gestão do interesse público e da representação política) e do mercado (através de práticas de economia solidária e similares).

A experiência de gestão pública compartilhada entre Estado e Sociedade, representada no surgimento de diversos conselhos de políticas públicas e a pluralidade de arranjos organizativos da sociedade civil, foram absorvidos no debate teórico como parte das evidências dos benefícios democráticos das associações. Em outras palavras, o florescimento de formas associativas diversas suscitou também um florescimento da compreensão virtuosa (LÜCHMANN, 2014) do próprio associativismo, iluminando os efeitos democráticos das associações e sua capacidade inovadora. Como consequência, o debate não permitiu reconhecer categorias associativas com “efeitos não democráticos” ou que, como mínimo, não se pautassem pela oposição ao Estado e em crítica à desigualdade produzida pelo mercado (GURZA LAVALLE, 1999).

O reconhecimento de uma caracterização própria desse “terceiro setor” (definido por um composto organizativo privado, não governamental, sem fins lucrativos, autogovernado e de associação voluntária) a partir do IV Encontro Ibero-Americano do Terceiro Setor de 1998 (MORAIS *et al.*, 2018) aprofundou mais ainda a compreensão de sistemas políticos segmentados e claramente delimitados (Estado, Mercado e Sociedade), descartando quaisquer tipos de intermediações entre eles.

A transformação política da primeira década dos anos 2000, marcada pela chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo federal alterou, entre um conjunto de políticas sociais, a própria estrutura associativa. Se por um lado, e como mostrado por uma agenda de pesquisa relacionada (ABERS e VON BÜLOW, 2011), o Estado brasileiro se tornou poroso e permeável à esfera associativa (diversos ativistas entrando na burocracia pública), por outro lado, os próprios limites entre Estado, Mercado e Sociedade foram se diluindo ao ponto de se questionar a própria essência “não governamental, sem fim lucrativo, autogovernadas e de caráter voluntário” (VIOLIN, 2015) das associações.

A atribuição da categoria “não governamental e não lucrativa” das entidades obscurece a compreensão das práticas pelas quais o interesse público das associações está vinculado a projetos e políticas de Estado, convênios e padrões de financiamento estatal, sem considerar a esfera econômica presente em isenção de impostos e subsídios públicos (MORAIS et al, 2018).

No marco normativo brasileiro, a heterogeneidade associativa está pautada também por um percurso de transformações legais experimentadas ao longo dos últimos 20 anos. Depois de compreendidas apenas pela sua distinção como organização não governamental, as associações passaram a serem explicadas desde uma amplitude genérica de Organizações da Sociedade Civil (OSC). Como consequência da consolidação do Terceiro Setor e de experiências de gestão compartilhada entre Estado e sociedade, o Estado brasileiro aprovou em 1999 a Lei 9.790 que cria as Organizações de Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), figura jurídica que permite a toda entidade privada optar por um certificado de atuação para obter recursos públicos ou financiamento privado que lhe permita executar projetos relacionados com serviços públicos. Em paralelo, reconhece-se também a existência de Organizações Sociais (OS) como uma figura de entidade privada que pode desempenhar e prover serviços públicos, através de contratos de gestão, mas não necessariamente por certificados públicos.

O trabalho de se construir uma tipologia das organizações associativas nas metrópoles brasileiras deve reconhecer que existe uma pluralidade de formas de associação no Brasil e o debate teórico aqui apresentado serve apenas como ponto de partida necessário. Em outras palavras, este relatório não pretende avançar no debate sobre os efeitos democráticos das associações para o sistema político brasileiro, nem pretendemos nos debruçar em análises sobre a atribuição conceitual do “Terceiro Setor”.

Evitando uma compreensão normativa específica que limite a consideração de um tipo específico de organização, e reconhecendo uma ampla diversidade de formas associativas, o objetivo deste trabalho é identificar e analisar as tipologias de associações formalizadas presentes nas Regiões Metropolitanas consideradas nas pesquisas do Observatório das Metrópoles.

Para alcançar tal objetivo, o texto está dividido em três seções. Na primeira, explicaremos a metodologia adotada para a construção das tipologias das associações presentes nas (Regiões Metropolitanas) RMs e os municípios selecionados. Nessa seção apresentaremos o método de Análise de Correspondência

Binária (ACB) utilizado, e a partir do qual conseguimos reagrupar os dados das entidades em função dos fatores identificados na análise do tipo fatorial.

Na segunda seção mostraremos os principais resultados da Classificação Hierárquica Ascendente (CHA) através da qual desenhamos um conjunto classificatório dos municípios segundo as tipologias das entidades associativas. Vale mencionar que aqui nos debruçamos sobre três opções analíticas de classificação para chegar, o mais próximo possível, a perfis associativos que distinguiriam, em tese, cada uma das classes de municípios.

Na terceira seção do texto mostraremos comportamento e as diferenças entre RMs, segundo o tipo associativo que caracteriza cada uma, como resultado de nossa análise associativa na escala local.

2. METODOLOGIA

Nosso trabalho de criação de tipologias das associações nas RMs selecionadas teve como insumo a Base sobre as Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (FASFIL) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Apesar de reconhecer a existência do Mapa das OSC elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) como outro recurso de pesquisa sobre as associações brasileiras, nossa opção pela FASFIL se justifica pelo detalhamento dos dados em escala local e a sua caracterização metodológica¹.

Assim como o Mapa das OSC do IPEA, a FASFIL toma como base as informações do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) do IBGE, selecionando particularmente as Entidades Sem Fins Lucrativos. Essas informações são complementadas com dados da RAIS e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), levantamentos estatísticos realizados pelo antigo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Para a classificação da FASFIL, o IBGE baseia-se na Classification of the Purposes of Non-Profit Institutions Serving Households (COPNI) da Divisão de Estatísticas da Organização das Nações Unidas (ONU), permitindo padrões de comparação internacional. Ao adotar a COPNI, a FASFIL, assim como o Mapa do

¹ Ao longo de 2019 realizamos dois Relatórios Técnicos desagregando e analisando os dados de ambas as bases, sendo disponibilizadas aos Núcleos do INCT Observatório das Metrópoles. Para conhecer os dados disponíveis de ambas as bases, vide “A sociedade civil organizada nas metrópoles brasileiras: discussões metodológicas e explorações preliminares das bases de dados disponíveis”, maio, 2019 e “A Sociedade Civil Organizada nas Metrópoles Brasileiras: uma análise das formas de associativismo a partir dos dados da pesquisa FASFIL 2010-2016”, setembro, 2019.

IPEA, classifica as entidades segundo a área de atuação usando o código de atividade econômica na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

No entanto, a diferença entre ambas as bases está na escala dos dados. A FASFIL disponibilizou, a partir de 2019, os dados detalhados em escala municipal e em perspectiva comparada ao longo de três períodos: 2010, 2012 e 2016. Essa informação nos permite observar a presença de variações associativas entre os municípios, o que não é claramente possível no Mapa do IPEA. Vale destacar que para a nossa análise usamos os dados mais recentes disponíveis, correspondentes a 2016, descartando assim as possibilidades de comparação ao longo dos períodos, pois foge do nosso escopo analítico.

Conhecendo a caracterização de ambas as bases, nosso primeiro trabalho foi revisar e melhorar a lista preliminar de tipos de associações². Com isso, chegamos a uma classificação associativa que ficou definida pela existência de 14 tipos de associações agrupadas em sete grandes categorias³, como pode ser visto na tabela abaixo:

Tabela 1 – Classificação das Entidades Associativas

Cod.	Categoria e Subcategorias
1.	Entidades Prestadoras de Serviços
1.1	Habitação
1.2	Saúde
1.3	Educação
1.4	Assistência Social
2.	Entidades de Interesses Corporativos
2.1	Entidades Privadas Profissionais/Patronais
2.2	Sindicatos
3.	Entidades de Interesses Populares
3.1	Entidades Privadas de Defesa de Interesses Comunitários
3.2	Entidades Privadas de Defesa de Direitos Civis
3.3	Entidades Privadas de Defesa de Direitos Difusos
4.	Partidos Políticos

² Essa lista passou por diversas discussões em reuniões de coordenação da pesquisa sobre Regimes Urbanos no núcleo Rio de Janeiro do Observatório das Metrôpoles.

³ Mesmo reconhecendo a heterogeneidade do universo associativo, mas tendo em vista os objetivos da pesquisa, não nos interessou incorporar dados relacionados a Condomínios, Sistema S ou Funerárias, pois estão fora do escopo analítico de Regimes Urbanos.

- 4.1 Entidades de Partidos Políticos
- 5. Religião**
- 5.1 Organizações Religiosas
- 6. Entidades de Difusão de Ideias, Cultural e Esportivas.**
- 6.1 Entidades de Difusão Cultural e Artística
- 6.2 Entidades Desportivas e de Recreação
- 7. Outras Entidades Associativas**

Pela análise da FASFIL detectamos que o Brasil possui (segundo dados de 2016) um total de 320.165 associações. O maior conjunto dessas entidades está na categoria *Entidades Prestadoras de Serviços*, com um total de 111.285 unidades (34,8% do total), seguida pela Categoria 5, *Religião*, que tão só com as Organizações Religiosas é responsável por 26% de todo o associativismo, com um total de 83.053 entidades. Dentro da categoria 1, *Entidades Prestadoras de Serviços*, o maior conjunto corresponde às associações prestadoras de serviços em Educação com 82.334 unidades, que respondem por 25,7% do total de entidades no nível nacional, seguidas das *Entidades Profissionais/Patronais*, responsáveis pelo total de 28.962 unidades, isto é, 9% do total nacional⁴.

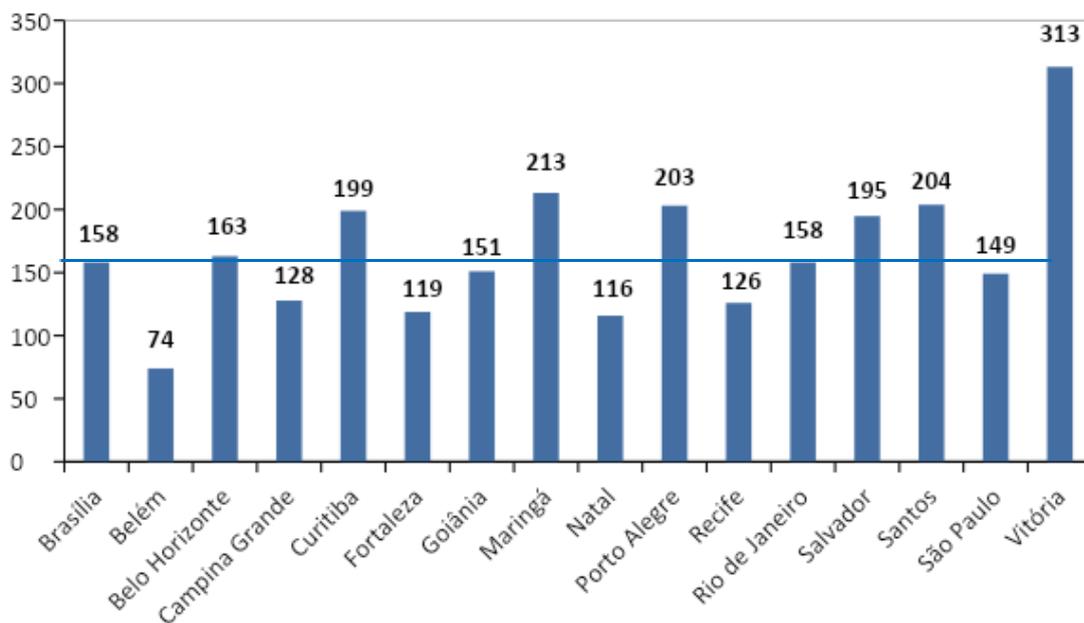
As possibilidades de comparação da FASFIL – posto que os dados correspondem a três períodos, isto é, 2010, 2013 e 2016 – nos revelam que as associações no Brasil sofreram uma significativa redução entre 2010-2016 ao redor de 15%, afetando principalmente as *Associações de Habitação* (conformadas por entidades de gestão de moradias e cooperativas habitacionais) em até 38%, seguidas das *Entidades Profissionais/Patronais* que diminuíram em 32%. A menor redução foi observada nas *Organizações Religiosas*, em apenas 1%, enquanto os *Partidos Políticos* são os únicos tipos de associação que cresceram no período em 2%.

Quando calculamos a taxa de associações, observamos que a média nacional é de 157 associações por 100 mil habitantes. Do conjunto dos polos metropolitanos analisados, nove cidades superam a média nacional (Brasília, Belo Horizonte, Curitiba, Maringá, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador, Santos e Vitória), com principal destaque para Vitória, que praticamente dobra a média nacional (em 313 associações por 100 mil habitantes) e todas as cidades da Região Sul, como observamos no

⁴ Para a leitura desse conjunto de dados, vide o Relatório “A Sociedade Civil Organizada nas Metrôpoles Brasileiras: uma análise das formas de associativismo a partir dos dados da pesquisa FASFIL 2010-2016” setembro, 2019.

Gráfico 1, realizado a partir dos dados da FASFIL. Segundo o Mapa da OSC do IPEA, a Região Sul é a que, de fato, registra a maior relação de associações por habitantes no Brasil, em 5,4 associações para cada 1.000 habitantes, enquanto a média nacional é de 4 entidades para cada 1.000 brasileiros.

Gráfico 1 – Taxa de associações por 100 mil habitantes nos municípios-polo



Média nacional: 157 associações x 100 mil habitantes

Embora esses dados revelem algumas dinâmicas do comportamento associativo nas metrópoles, são insuficientes para identificar tipologias associativas dos municípios selecionados. Para isso, e posteriormente à reclassificação das categorias da FASFIL, nosso segundo passo metodológico foi o desenvolvimento da Análise de Correspondência Binária (ACB). Processando os dados no StatLab, avançamos com o intuito de detectar as classificações dos municípios, segundo as entidades associativas presentes nos territórios.

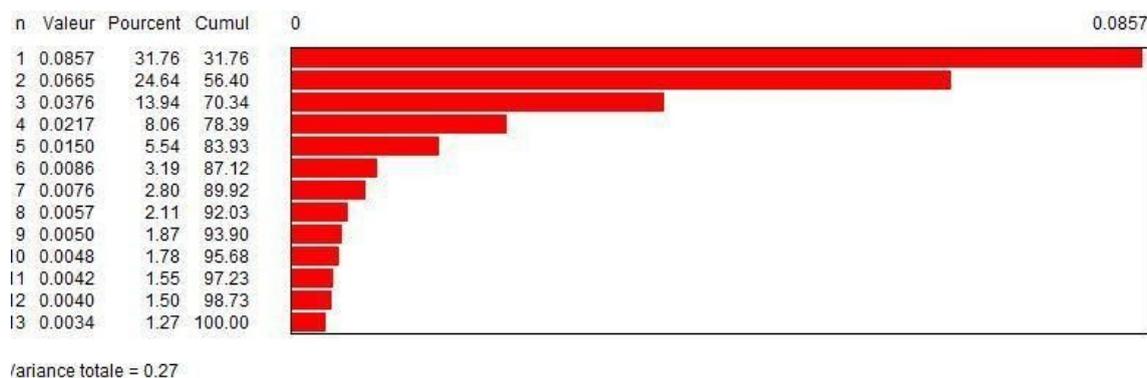
O processo metodológico para construir tais classificações, seus resultados e desafios são apresentados na seção a seguir.

2.1 Construções de tipologias: Análise de Correspondência Binária e Classificação Hierárquica Ascendente

A Análise de Correspondência Binária (ACB) foi aplicada sobre um universo de 409 municípios agrupados em 20 Regiões Metropolitanas (Brasília, Santos, Belém, Belo Horizonte, Campina Grande, Campinas, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, Vitória, João Pessoa, Manaus, Maringá, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo)⁵.

O primeiro passo da ACB é a extração dos autovalores e autovetores da matriz de correspondência, sendo que cada autovalor extraído possui um grau decrescente de explicação do total da variabilidade dos dados. Observamos o seguinte grau de variância explicada para cada um dos autovalores extraídos na análise de correspondência:

Gráfico 2 – Fatores por Unidades de organizações associadas nas RMs em 2016



A partir desse gráfico podemos inferir a importância de se considerar até quatro fatores para a análise, embora os primeiros dois fatores ofereçam explicações sobre mais da metade dos dados, isto é, uma variância total de 56,4%. Portanto, considerar a extração até o quarto fator nos ajudaria a cobrir uma variância total de quase 80% dos dados (78,3%).

⁵ A variável analítica chave para a ACB foi o número de entidades, depois que descartamos os vínculos empregatícios devido a um conjunto de deficiências de informação (por exemplo, 64,5% de pequenas entidades não possuem emprego formalizado e a base não registra dados em mais de 300 casos).

Ao ampliar a análise para compreender as categorias associativas presentes em cada fator, e como elas contribuem nos eixos conformados a partir dos autovetores, obtemos os seguintes dados:

Tabela 2 – Tipos de associações-chave para cada eixo de análise

Eixo	Tipo de Associação	Coord.	Correl.	Contrib.	Posição no eixo
1	V5.1- Organização Religiosa	0.307	0.728	0.391	Positiva
	V4.1- Partidos Políticos	-1.382	0.447	0.369	Negativa
2	V2.1- Profissionais/Patronais	0.321	0.395	0.116	Positiva
	V2.2- Sindicatos	0.364	0.326	0.117	Positiva
	V4.1- Partidos Políticos	-1.512	0.536	0.570	Negativa
	V5.1- Organização Religiosa	- 0.145	0.163	0.113	Negativa
3	V5.1- Organização Religiosa	0.117	0.106	0.130	Positiva
	V1.3- Educação	-0.327	0.982	0.720	Negativa
4	V3.1- Interesses Comunitários	0.601	0.646	0.618	Positiva
	V6.2- Esportivas e Recreativas	0.180	0.121	0.072	Positiva
	V2.2- Sindicatos	-0.277	0.189	0.207	Negativa

No *primeiro eixo*, responsável por uma variância explicada de 31,8%, observamos uma forte correlação positiva das *Organizações Religiosas*, assim como de uma correlação negativa com os *Partidos Políticos*. Ambos os tipos de associações apresentam uma força significativa suficiente para explicar o comportamento do maior eixo no conjunto de fatores. Já no *segundo eixo*, com uma variância de 24,7%, os *Partidos Políticos* e as *Organizações Religiosas* ocupam a mesma posição negativa. Em oposição, e com uma contribuição positiva, observamos as *Entidades Profissionais/Patronais* e os *Sindicatos*. Dessa forma, vemos a contribuição de associações de representação relacionadas com o mundo do trabalho em oposição às duas principais categorias correlacionadas (Partidos e Organizações Religiosas).

No *terceiro eixo*, que contribui com 14% das explicações do conjunto dos fatores, as *Organizações Religiosas* aparecem em oposição às entidades de *Prestação de Serviços de Educação*. Já no *quarto eixo*, responsável por apenas 8% da variância, passamos a ter a oposição entre as *Entidades de Interesses Comunitários* mais as *Entidades Esportivas e Recreativas*, em contraposição aos *Sindicatos*.

Uma vez identificadas as contribuições para a conformação das dimensões, e selecionados os fatores suficientes para se analisar o comportamento das categorias associativas, o passo seguinte foi realizar uma Classificação Hierárquica Ascendente (CHA) com o objetivo de identificar tipologias de municípios de acordo com o seu perfil

associativo. Nesse investimento elaboramos diversas possibilidades de CHA com o objetivo de detectar uma classificação que expressasse um claro perfil de cada classe de municípios e uma diferença de perfis entre classes.

Assim, geramos uma primeira classificação sobre a base de três fatores, resultando um conjunto de seis classes de municípios. Nessa classificação observamos duas classes com perfis bastante similares, de forma que decidimos incrementar mais um fator de explicação, resultando uma CHA de nove classes, sem alterar significativamente a relação intra e interclasses.

Como continuamos sem detectar diferenças de perfis entre as classes, realizamos um terceiro recorte de classificação no dendograma baseado em quatro fatores – evitando alterar significativamente a variância intra e interclasses – do qual obtivemos uma CHA de sete classes. Já aqui começamos a observar um padrão classificatório, de forma que reduzimos a base em até dois fatores, do qual obtivemos um conjunto de quatro classes de municípios de acordo com o perfil associativo. Como veremos mais adiante neste texto, a configuração desta última CHA de quatro classes na base de dois fatores nos outorga pistas para detectar os perfis das 20 RMs que compõem nosso escopo analítico.

Para compreender melhor o processo que gerou as diversas possibilidades de classificação até definir nossa escolha sobre uma classificação adequada de municípios, segundo o perfil associativo, na seguinte subseção explicamos os desafios que tivemos de enfrentar e os resultados obtidos para, por fim, retratar o comportamento das entidades associativas nos 409 municípios que compõem nossa seleção analítica.

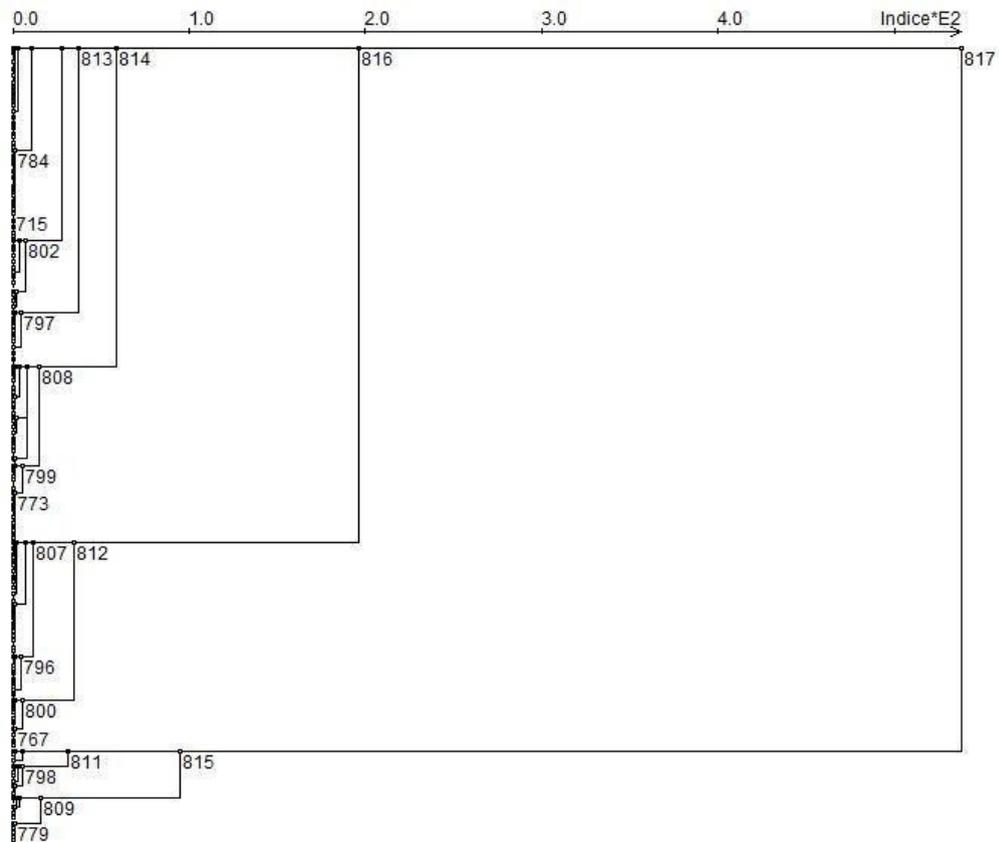
2.1.1 As diversas possibilidades de classificação de municípios

Nossa análise foi baseada sobre mais de uma possibilidade de classificação, na tentativa de encontrar uma configuração interclasses com tipologias suficientemente claras dos municípios. Para isso, realizamos três cortes nos dendogramas obtidos na seleção dos 2, 3 e 4 fatores.

2.1.1.1 A análise sobre 3 fatores (ACB) e 6 classes (CHA)

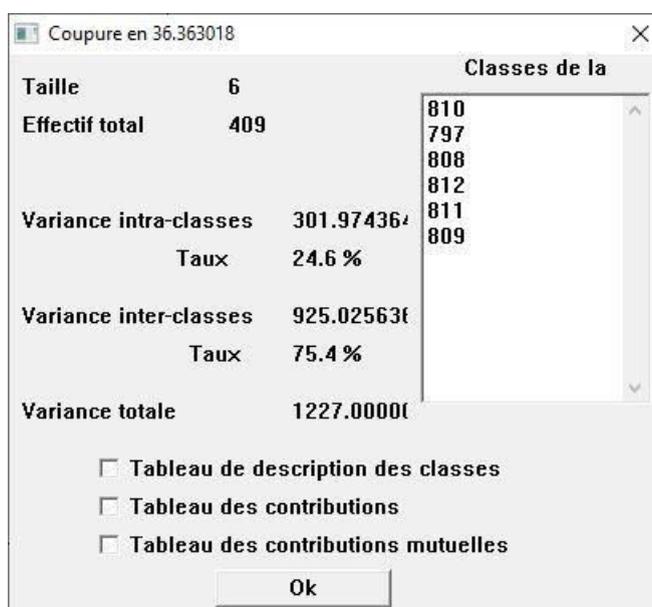
O primeiro corte da classificação foi feito tendo como base um conjunto de explicações extraídas dos três primeiros fatores, resultando no seguinte dendograma:

Gráfico 3 – Dendograma da classificação de categorias associativas baseado nas coordenadas dos três primeiros fatores



Considerando a análise com três fatores, o corte para a definição dos grupos foi realizado entre os nós 812 e 813, o que corresponde a uma variância intraclasse de 24,6% e de interclasse de 75,4%. A partir dessa operação obtivemos uma classificação composta por seis classes.

Gráfico 4 – Recorte classificatório tomando como base três fatores



Como podemos observar na tabela abaixo, a CHA obtida deste primeiro corte configurou a Classe 1 com maior preponderância, reunindo 33% dos municípios, seguida da Classe 4 com 26% do conjunto de municípios selecionados. Ambas concentram mais da metade do conjunto explicativo, seguidas pelo conglomerado de municípios reunidos na Classe 3 com 22% do total. Resulta chamativa a proporção das Classes 5 e 6 como as menores do conjunto, registrando a mesma proporção de 6%.

Tabela 3 – Frequência de classes segundo Unidades Associativas a partir de três fatores

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulada
CLS_1	136	33,3	33,3	33,3
CLS_2	28	6,8	6,8	40,1
CLS_3	90	22	22	62,1
CLS_4	107	26,2	26,2	88,3
CLS_5	24	5,9	5,9	94,1
CLS_6	24	5,9	5,9	100,0
Total	409	100,0	100,0	

Ao cruzar esses dados de frequência com os 14 tipos de associações segundo a nossa classificação das entidades, obtivemos detalhes sobre o comportamento de

associativo por cada classe. Na tabela a seguir observamos a média porcentual de cada tipo associativo para cada uma das seis classes aqui consideradas.

Tabela 4 – Média de unidades associativas por classe de municípios

	Hab	Saúde	Educação	Assistência Social	Profiss. Patr	Sindic	Int Com	Dir Civil	Dir Difus	Partidos	Org Relig	Cult Art	Esp Recr	Outr
CLS_1	.01	.67	19.50	5.66	4.04	2.80	3.82	.45	.69	2.88	25.55	2.83	4.11	.12
CLS_2	.01	.59	12.91	3.76	1.72	2.69	1.39	.25	.30	.49	56.23	1.07	1.77	.02
CLS_3	.01	.74	8.73	6.48	8.36	6.91	6.87	.76	1.02	1.43	21.23	4.10	4.76	.13
CLS_4	.04	.85	39.41	4.51	3.73	3.46	3.66	.35	.66	2.19	18.35	2.34	2.87	.20
CLS_5	0.00	.14	11.75	5.48	3.97	4.61	3.98	.55	.70	38.02	16.62	2.76	3.29	.18
CLS_6	0.00	.89	19.23	7.95	7.28	7.25	8.13	1.59	.19	17.16	13.03	3.34	3.53	.32
Total	.02	.71	21.42	5.53	4.94	4.24	4.55	.55	.70	5.12	23.56	2.89	3.69	.15

Uma visão vertical sobre os dados mostrados na tabela acima revela uma alta participação das *Organizações Religiosas, Entidades de Educação, Assistência Social e Associações Profissionais/Patronais*, o que não surpreende se consideramos a preponderância que esse tipo de associação registrou para o conjunto dos fatores na Análise de Correspondência Binária. Contudo, ao analisar cada uma das classes podemos observar algumas diferenciações.

No caso da Primeira Classe, que agrupa 136 municípios (o maior conjunto dos municípios selecionados), as *Organizações Religiosas* sobressaem com uma média de 25,5%, seguidas das entidades de *Educação* com 19,5%, totalizando mais de 40%, em média, do total de associações.

O segundo maior conjunto de municípios presentes na Classe 4, que agrupa até 107 municípios do universo selecionado, inverte um pouco essa relação. Nessa classe, as entidades de *Educação* têm uma preponderância muito significativa, de 39% do total de associações, enquanto as *Organizações Religiosas* diminuem até 18% em média do total de entidades.

O terceiro conglomerado de municípios é composto pela Classe 3, com um total de 90 cidades analisadas. Nesse caso, as *Organizações Religiosas* continuam registrando uma alta preponderância se considerarmos a leitura da linha na qual registra uma média de 21% de participação. No entanto, é nessa classe onde as entidades *Profissionais/Patronais, Sindicatos e de Interesses Comunitários* registram um número

superior a sua média total (da coluna), o que significa que sua contribuição para essa classe é altamente significativa se comparada com o resto das classes.

Uma correlação muito particular é observada nas duas classes que aglutinam o menor número de municípios, isto é, as Classes 5 e 6, que reúnem 24 municípios cada. Na Classe 5, os *Partidos Políticos* registram a maior presença, com 38% do total de associações, enquanto as *Organizações Religiosas* caem até 16% de participação e as de *Educação* apenas 11%. Na Classe 6, os *Partidos Políticos* mostram igual preponderância, responsáveis por 17% da média de participação, enquanto as *Organizações Religiosas* registram a menor participação de todo o conglomerado municipal com 13%. Nessa classe, as entidades de *Interesses Comunitários* registram a maior presença de toda a categoria (da coluna) com 8%. Resta ainda saber se estamos frente a duas classes sobrepostas, ou uma sendo residual da outra, cuja dúvida justificou nossa necessidade de realizar variados cortes da CHA para obter uma classificação melhor.

Cálculo das densidades organizativas na caracterização das seis classes

Para identificar a densidade das associações, aplicamos um cálculo a partir do total de unidades para cada classe. Com a densidade não apenas observamos com maior clareza a preponderância das categorias dentro de cada classe, mas também como os dados configuram um conglomerado específico de classes de municípios.

Nesse caso, reorganizamos a ordem das categorias de organizações (as colunas da base), tendo como centro as duas categorias opostas no maior eixo da análise, isto é, as *Organizações Religiosas* e os *Partidos Políticos*. Ao fazer esse reordenamento, observamos que se configuram três conjuntos de classes que se distribuem em: classes com uma alta preponderância de “organizações de interesses corporativos” (*Entidades Profissionais/Patronais, Sindicatos, Partidos e Organizações Religiosas*), classes com preponderância do que chamamos “organizações de defesa de direitos e difusão de ideias” (*Defesa de Direitos Cívicos, Direitos Difusos, Interesses Comunitários, de Arte e Cultura e Esportivas e Recreativas*) e, por fim, classes com preponderância de organizações prestadoras de serviços.

Tal reorganização é mostrada na Tabela 5, de acordo com a lógica explicada acima:

Tabela 5 – Densidade das categorias organizativas e caracterização das seis classes

	Habit	Saúde	Educ	Assistência Social	Prof .Patr	Sindic	Partidos	Org Relig	Int_ Com	Dir_ Civ	Dir_ Dif	Cult Art	Esp_ Recr	Outr
CLS_2	0.69	0.57	0.69	0.53	0.25	0.32	0.41	1.88	0.52	0.28	0.37	0.38	0.44	0.51
CLS_5	-	0.13	0.50	0.74	0.65	0.60	24.98	0.45	1.36	0.94	1.00	1.02	0.91	1.37
CLS_6	-	0.68	0.68	1.20	1.23	1.00	11.40	0.43	2.60	1.79	0.61	1.33	1.10	2.07
CLS_4	0.95	0.66	1.74	0.76	0.54	0.56	1.70	0.73	1.27	0.46	0.77	0.67	0.81	1.73
CLS_1	0.90	1.10	1.08	1.08	0.91	0.85	0.84	1.00	0.84	0.90	0.95	0.95	1.01	0.84
CLS_3	1.24	1.07	0.79	1.06	1.41	1.47	0.73	0.89	1.23	1.42	1.27	1.28	1.16	1.13
TOTAL	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00

Dessa tabela podemos deduzir que parece existir certa polarização entre a presença de *Organizações Religiosas*, de um lado, e *Partidos* e entidades de *Interesses Comunitários*, de outro. Na prática isso significa que podemos prever que nos municípios onde o associativismo religioso é baixo, as organizações partidárias tendem a aumentar sua presença, incluindo nessa polarização as entidades de interesses comunitários no âmbito local.

Os dados também sugerem que existe uma associação entre a relevância dos *Partidos Políticos* com as organizações de *Defesa de Direitos*, exceto no caso da Classe 3 que registra um perfil médio composto de diversas categorias dos três conglomerados (*Prestadoras de Serviços*, *Interesses Corporativos* e *Defesa de Direitos/Difusão de Ideias*).

Apenas a Classe 2 revela um perfil único de *Organizações Religiosas*, enquanto a Classe 1, que reúne 136 municípios, o maior conglomerado da CHA, expressa uma alta preponderância das entidades *Prestadoras de Serviços*, particularmente no âmbito de Saúde, Educação e Assistência Social, com densidades equilibradas próximas da média.

Embora as restantes Classes 4, 5 e 6 mostrem uma alta densidade de partidos políticos, elas possuem também perfis combinados. Com exceção da Classe 5, na qual os *Partidos Políticos* são notoriamente preponderantes, a Classe 4, que reúne o segundo maior conjunto de municípios, apresenta também uma boa densidade de

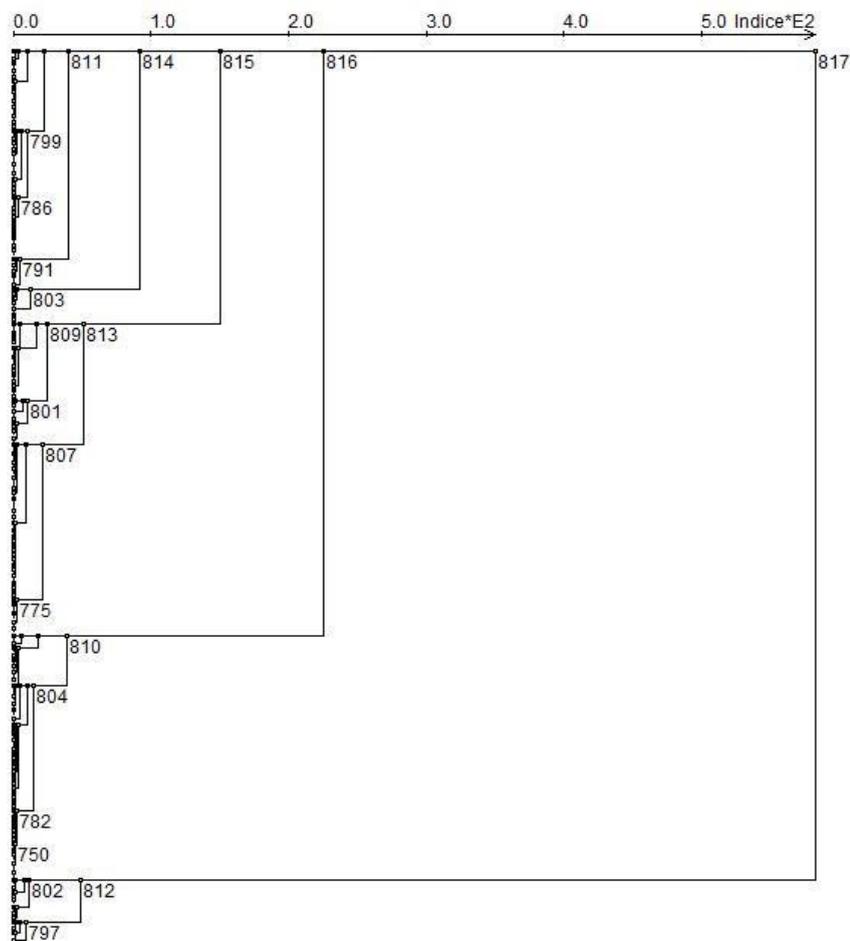
Interesses Comunitários e Entidades Prestadoras de Serviços de Educação. Já a Classe 6 combina Partidos Políticos com Direitos Civis.

A configuração de classes com perfis médios combinados ou, ao mesmo tempo, classes que mostram um mesmo perfil nos coloca desafios de mostrar as variâncias entre as classes para a construção das tipologias, razão pela qual consideramos necessário ampliar a análise e adicionar mais um fator na elaboração da CHA. Essa exploração analítica é detalhada na subseção a seguir.

2.1.1.2 A análise sobre 4 fatores (ACB) e 9 classes (CHA)

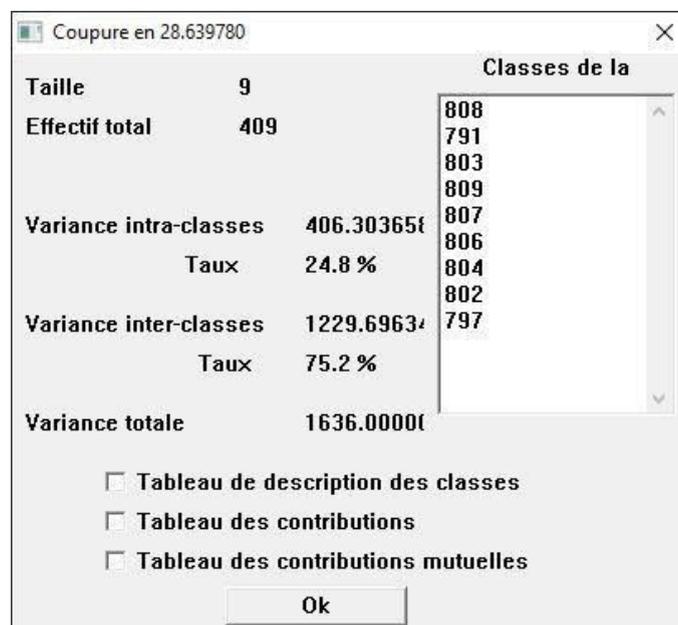
Ao observar os desafios encontrados na classificação anterior, decidimos agregar mais um fator de explicação para a realização da CHA, com o qual foi gerado um segundo dendograma mostrado a seguir.

Gráfico 5 – Dendograma da classificação de categorias associativa baseado em quatro fatores



Sobre esse novo dendrograma gerado aplicamos um corte entre os nós 809 e 810, que resultou em uma variância intraclasse com 24,8% e uma variância interclasse de 75,2%. Com isso, obtivemos uma CHA de nove classes (três a mais do que a classificação anterior) para realizar a nossa segunda análise, segundo mostra o gráfico.

Gráfico 6 – Recorte classificatório tomando como base quatro fatores



A partir dessa classificação obtida do segundo corte, o seguinte passo foi realizar a análise descritiva da nova CHA. Assim os dados mostram uma caracterização das classes, detalhada na Tabela 6.

Tabela 6 – Frequência de classes segundo Unidades Associativas a partir de quatro fatores

	Frequência	Percentage m	Porcentagem válida	Porcentagem acumulada
CLS_1	95	23,2	23,2	23,2
CLS_2	14	3,4	3,4	26,7
CLS_3	16	3,9	3,9	30,6
CLS_4	55	13,4	13,4	44,0
CLS_5	87	21,3	21,3	65,3
CLS_6	23	5,6	5,6	70,9

CLS_7	89	21,8	21,8	92,7
CLS_8	19	4,6	4,6	97,3
CLS_9	11	2,7	2,7	100,0
Total	409	100,0	100,0	

À primeira vista podemos considerar que nessa distribuição de classes há uma melhor distribuição proporcional, em comparação com a distribuição presente na classificação anterior. Aqui, a Classe 1 novamente registra uma alta preponderância com 95 municípios (23% do total). As Classes 5 e 6 registram praticamente a mesma proporção de 87 e 89 municípios respectivamente, surgindo novamente a dúvida se estamos lidando com classes sobrepostas.

Podemos notar que a união das Classes 1, 5 e 7 respondem por 66% do total dos municípios, deixando baixa capacidade de explicação a classes menores como a Classe 9 que reúne apenas 11 municípios.

Cálculo das densidades organizativas na caracterização das nove classes

Similar ao dado apresentado na CHA anterior, aqui realizamos a mesma operação de calcular a densidade da cada categoria de associações, tomando como dado-chave o total de unidades associativas.

Após obter o resultado da densidade, reorganizamos a tabela segundo os três *clusters* de associações que vimos desenvolvendo ao longo da nossa análise, isto é, *Prestadoras de Serviços*, de “Interesses Corporativos” e *Defesa de Direitos/Difusão de Ideias*, mas observando a oposição central que tem sido observada entre *Organizações Religiosas* e *Partidos Políticos*.

Com essa reorganização, obtemos a seguinte tabela de densidade associativa.

Tabela 7 – Densidade das categorias organizativas e caracterização das nove classes

	Habitáçã o	Saúde	Educação	Assistência Social	Profiss.Patr	Sindi c	Partidos	Org_Relig	Int_Co m	Dir_Civ	Dir_Dif	Cult _Art	Esp_Rec r	Outr
CLS_1	1.47	0.98	0.81	1.20	1.42	1.42	1.15	0.76	1.50	1.55	1.36	1.28	1.40	1.36
CLS_3	3.19	0.63	0.57	0.79	0.69	0.96	1.04	0.58	6.68	0.46	0.98	1.95	2.23	1.34
CLS_6	0.00	0.44	2.43	0.49	0.32	0.50	3.19	0.46	0.43	0.57	0.75	0.53	0.34	0.94
CLS_7	0.79	0.59	1.58	0.80	0.59	0.65	1.14	0.86	1.09	0.58	0.78	0.64	0.81	1.44
CLS_4	1.34	1.11	1.02	0.87	1.33	1.90	1.16	0.82	0.60	1.37	1.07	1.11	0.90	1.24
CLS_2	0.00	0.67	0.49	0.96	1.29	1.02	9.31	0.44	4.21	1.48	1.46	1.66	1.47	1.43
CLS_8	0.00	0.58	0.71	0.85	0.68	0.65	18.89	0.50	1.22	1.62	0.69	1.11	1.09	1.57
CLS_9	0.00	0.00	0.51	0.74	0.34	0.44	30.78	0.39	0.69	0.55	0.93	0.93	0.64	3.20
CLS_5	0.74	1.09	0.94	1.00	0.81	0.62	0.49	1.23	0.81	0.73	0.86	0.91	0.88	0.65
TOTAL	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00

Dessa tabela podemos inferir que a polarização entre Partidos Políticos e *Organizações Religiosas*, percebida anteriormente, se confirma na dinâmica de cinco classes de municípios, enquanto as quatro classes restantes mostram uma configuração que já podíamos perceber na CHA anterior.

A referida polarização está presente nas Classes 2, 4, 5, 8 e 9, sendo que nas Classes 2, 8 e 9 os *Partidos Políticos* mantêm uma alta densidade enquanto as *Organizações Religiosas* são menos expressivas. Podemos também perceber uma alta densidade das *Entidades de Interesses Comunitários*, na Classe 2, e de *Direitos Civis* na Classe 8. É só na Classe 9 que os Partidos Políticos mostram sua maior densidade, reafirmando nossa dúvida de se tratar de uma classe residual da anterior.

Para além da classificação das tipologias dos conjuntos de municípios que o processamento dos dados nos oferece, podemos afirmar preliminarmente que a existência dessa polarização nos compele a adotar uma lente relacional às análises sobre o fenômeno associativo brasileiro recente. Embora alguns estudos tenham mostrado um crescente ativismo religioso (AVRITZER, 2004; CICONELLO, 2006) nas metrópoles brasileiras, considerando os dados absolutos e as densidades percentuais, possíveis fenômenos interseccionais (interassociações) parecem ser frutíferos em termos de caracterizar certas dinâmicas locais.

É o que nos parece encontrar na Classe 5, que reúne 21,3% dos municípios mapeados. Nesse agrupamento, as *Organizações Religiosas* são claramente relevantes, mas as associações partidárias e entidades de direitos tendem a diminuir,

sugerindo que a polarização *Partidos x Organizações Religiosas* incluem outros tipos de unidades inseridas nas variadas categorias de defesa de direitos.

A maior classe desse *cluster* (Classe 1) parece mostrar um perfil médio composto com alta densidade para as entidades de *Habitação, Profissionais/Patronais, Sindicatos* e o conjunto das associações de *Defesa de Direitos e Interesses Comunitários*, sugerindo uma caracterização altamente heterogênea do “associativismo de serviços” nos municípios brasileiros.

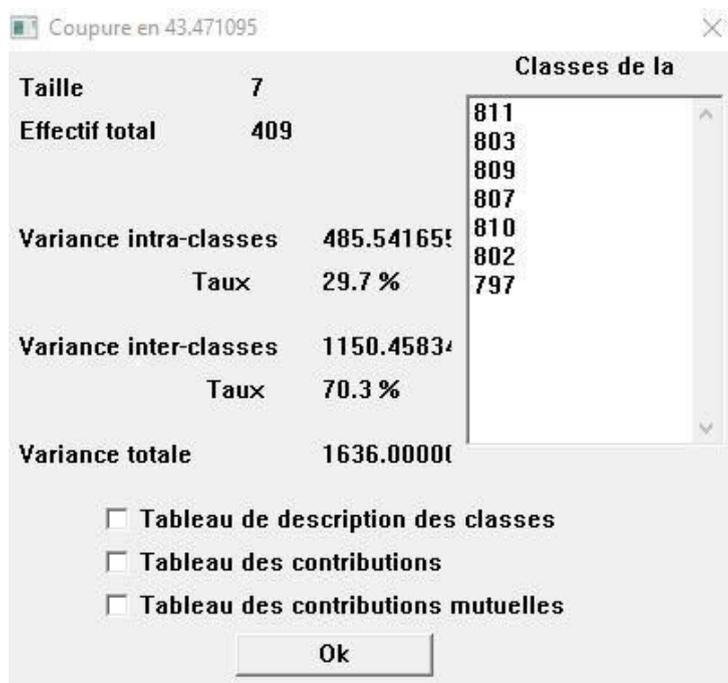
Apesar da riqueza dos dados obtida nessa classificação, percebemos que a configuração de nove classes pode estar explodindo demais a classificação de municípios, representado no fato de classes que repetem um mesmo perfil ou ampliando a oposição identificada entre religiosas e partidos. Diante de tal possibilidade, consideramos necessário realizar um novo corte na ACB para gerar uma classificação intermédia entre as Classes 6 e 9 que nos permita observar perfis mais claros com relação aos observados até agora. Essa exploração é apresentada na subseção a seguir.

2.1.1.3 A análise sobre 4 fatores (ACB) e 7 classes (CHA)

A exploração analítica realizada aqui tem a pretensão de indagar a possibilidade de classificação melhor, capaz de mostrar diferenças de perfis entre as classes de municípios, segundo seu perfil associativo. Assim, depois de realizar a análise sobre 3 fatores com 6 classes e sobre 4 fatores com 9 classes, nossa operação é detectar uma opção intermédia.

Como primeira decisão, resolvemos manter os quatro fatores, mas aplicando um novo corte, sem alterar significativamente a relação da variância intra e interclasses. Assim, voltamos ao dendograma da ACB com quatro fatores (Gráfico 4) e realizamos os cortes entre os nós 811 e 812, obtendo o seguinte resultado.

Gráfico 7 – Segundo corte classificatório na base de quatro fatores



Com essa nova possibilidade de corte intermédio e resultando em um novo conjunto de sete classes, realizamos a mesma operação de análise descritiva feita nas operações anteriores. Assim, os dados obtidos detalham-se na tabela a seguir:

Tabela 8 – Frequência de classes segundo Unidades Associativas a partir de 4 fatores e 7 classes

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulada
CLS_1	109	26,7	26,7	26,7
CLS_2	16	3,9	3,9	30,6
CLS_3	55	13,4	13,4	44,0
CLS_4	87	21,3	21,3	65,3
CLS_5	112	27,4	27,4	92,7
CLS_6	19	4,6	4,6	97,3
CLS_7	11	2,7	2,7	100,0
Total	409	100,0	100,0	

Nessa distribuição obtida a partir do terceiro corte, observamos que três classes (1, 4 e 5) são responsáveis por 75,4% dos municípios selecionados para a nossa análise, deixando um papel explicativo residual para as três classes restantes.

Nesse sentido, a Classe 7 concentra o menor número de municípios, um total de 11 dos 409 selecionados, seguida da Classe 2 com apenas 16 municípios do conjunto total.

Cálculo das densidades organizativas na caracterização das sete classes

A operação analítica aqui repete a mesma metodologia que usamos nos casos anteriores, de calcular a densidade a partir do número total de entidades associativas, por categoria e classe.

Tabela 9 – Densidade das categorias organizativas e caracterização das sete classes

	Habitação	Saúde	Educação	Assistên Social	Profiss.Pa tr	Sindic	Partidos	Org_Relig	Int_Com	Dir_Civ	Dir_Dif	Cult_Art	Esp_Recr	Outr
CLS_4	0.74	109	0.94	100	0.81	0.82	0.49	123	0.81	0.73	0.86	0.91	0.88	0.85
CLS_7	0.00	0.00	0.51	0.74	0.34	0.44	30.78	0.39	0.69	0.55	0.93	0.93	0.64	3.20
CLS_6	0.00	0.58	0.71	0.85	0.88	0.65	18.89	0.50	122	1.62	0.89	1.11	1.09	1.57
CLS_5	0.71	0.58	1.67	0.77	0.57	0.63	135	0.82	102	0.58	0.77	0.83	0.76	1.39
CLS_2	3.19	0.83	0.57	0.79	0.89	0.96	104	0.58	6.68	0.46	0.98	1.95	2.23	1.34
CLS_1	1.44	0.97	0.81	1.20	1.42	1.41	129	0.75	1.55	1.54	1.37	1.29	1.40	1.36
CLS_3	1.34	1.11	1.02	0.87	1.33	1.90	1.16	0.82	0.60	1.37	1.07	1.11	0.90	1.24
TOTAL	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00

Para facilitar a nossa interpretação, realizamos a mesma reorganização já detalhada, sob a compreensão de três conjuntos de tipos de entidades, observando a oposição chave entre *Partidos Políticos* e *Organizações Religiosas*, obtendo assim a seguinte tabela de densidade.

Pela interpretação realizada aqui, continuamos observando um conjunto de classes (particularmente as Classes 4, 5, 6 e 7) que reproduzem a polarização entre *Organizações Religiosas* e *Partidos Políticos*. Enquanto a Classe 5 – que reúne o maior número de municípios – registra uma significativa densidade exclusivamente de *Organizações Religiosas*, as Classes 4, 6 e 7 são particularmente caracterizadas pela relevância dos *Partidos Políticos*, mas com a distinção de que a Classe 6 é combinada com as entidades de *Interesses Comunitários* e de *Direitos Cívicos*, e a Classe 5 com as entidades *Prestadoras de Serviços de Educação*.

A Classe 2 mostra uma configuração caracterizada pela significativa densidade das entidades de *Interesses Comunitários* com uma boa participação das associações *Culturais/Artísticas* e *Esportivas/Recreativas*, mas curiosamente as entidades de *Habitação* registram uma densidade altamente considerável.

A Classe 1 é a que poderíamos nomear de perfil médio composto. Ela mostra uma densidade importante para o conjunto de *Prestadoras de Serviços de Habitação e Educação*, as entidades *Profissionais/Patronais*, *Sindicatos* e todo o conjunto de *Defesa de Direitos e Difusão de Ideias*. Já a Classe 3 parece mostrar um perfil similar com uma densidade significativa para as organizações do “mundo do trabalho” (*Profissionais/Patronais* e *Sindicatos*), mas com participação significativa das entidades de *Habitação* e de *Direitos Cívicos*.

Das diversas opções analíticas que realizamos até aqui, duas deduções começam a surgir. A primeira é que todas as probabilidades de cortes na base de 3 e 4 fatores, realizados na ACB para a Classificação Hierárquica Ascendente (CHA), parecem sobrepor algumas classes de municípios, gerando perfis similares entre classes que podem ser residuais ou complementares.

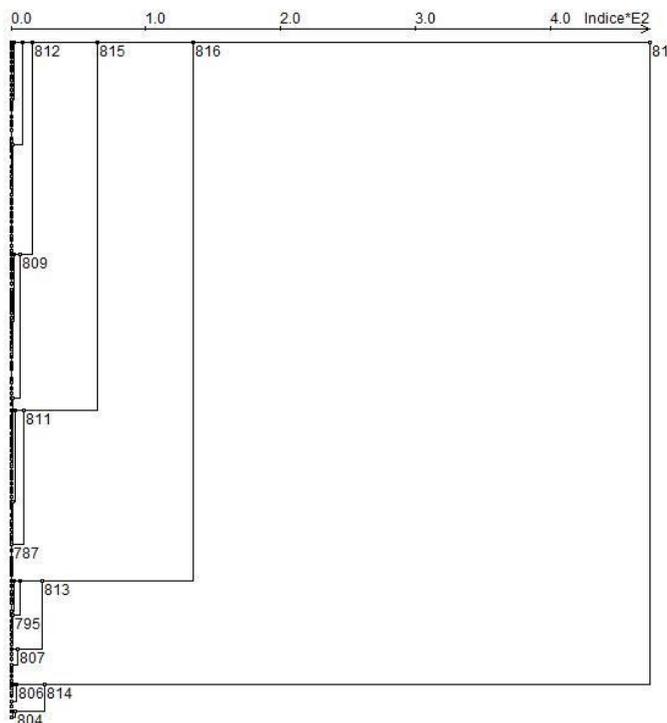
Como consequência do anterior, nossa segunda constatação é de tipo metodológico. Consideramos que diminuindo os fatores da análise, podemos conseguir melhor definição de classes que nos auxiliem na identificação das tipologias dos municípios. Justificados por essa necessidade, decidimos eliminar dois fatores, sob o entendimento de que os dois primeiros fatores da ACB são capazes de explicar mais da metade dos casos em análise, com uma variância de 56,4% como vimos anteriormente. Essa seleção é detalhada na seção a seguir.

2.1.1.4 A análise sobre 2 fatores (ACB) e 4 classes (CHA)

Com a adoção dos dois primeiros fatores gerados na ACB, apostamos por obter uma classificação que concentre as categorias em classes com perfil claramente definido e poderemos, assim, fugir de uma classificação particularmente caracterizada por uma combinação de categorias ou mesmo duplicando perfis.

Ao avançar nessa direção obtivemos um novo dendograma baseado em dois fatores, representado no Gráfico 8.

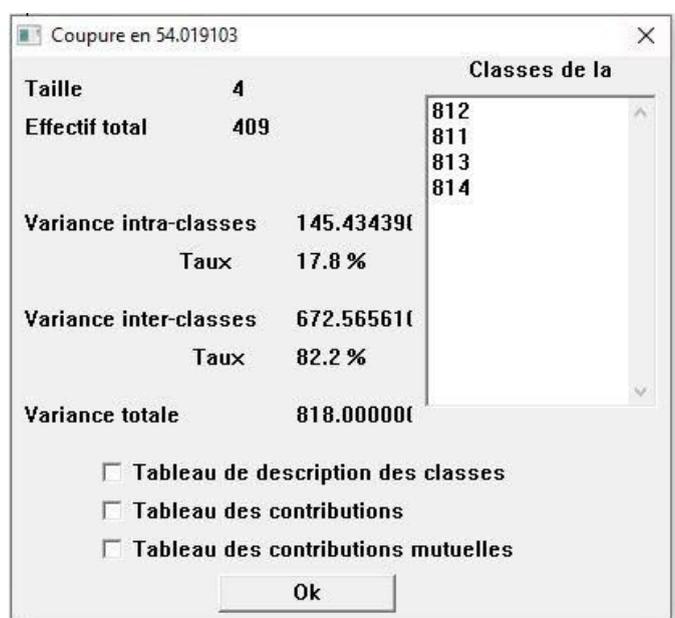
Gráfico 8 – Dendrograma da classificação de categorias associativas baseado em dois fatores



Para avançarmos na classificação, realizamos um corte entre os nós 814 e 815, obtendo um agrupamento de quatro classes, mas correspondente a uma variância intraclasse de 17,8% e de interclasse de 82,2%⁶ como podemos confirmar no gráfico a seguir.

⁶ Na verdade, o primeiro corte foi realizado entre os nós 813 e 814 se aproximando mais da variância desejada de 25% da intraclasse e 72% de interclasses, dando como resultado 5 classes. Contudo, a análise descritiva da média e densidade das associações na classificação dos municípios repetiu a mesma configuração das classificações anteriores, razão pela qual optamos por reduzir em mais uma classe para obter uma classificação que mostre variações entre as classes, sem alterar radicalmente a correlação das variâncias intra e interclasses.

Gráfico 9 – Recorte classificatório tomando como base dois fatores



As quatro classes geradas a partir desse novo corte mostram uma concentração maior de municípios, permitindo extrair maiores explicações por cada classe, como podemos observar na tabela de frequência resultante da análise descritiva correspondente à Classificação Hierárquica Ascendente.

Tabela 10 – Frequência de classes segundo Unidades Associativas a partir de 2 fatores e 4 classes

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulada
CLS_1	222	54,3	54,3	54,3
CLS_2	103	25,2	25,2	79,5
CLS_3	62	15,2	15,2	94,6
CLS_4	22	5,4	5,4	100,0
Total	409	100,0	100,0	

Como podemos observar nessa tabela, as duas primeiras classes são responsáveis por explicar aproximadamente 80% do conjunto dos municípios selecionados, deixando uma baixa frequência para as duas classes restantes, que apenas respondem por 84 dos 409 municípios que integram a nossa análise.

Como parte da análise descritiva, incorporamos os dados das entidades associativas agrupados nessa nova classificação, de forma que possamos observar o comportamento das classes segundo o tecido associativo, aplicando aqui o mesmo processo de análise descritiva que desenvolvemos nas CHAs anteriores. Como resultado, obtemos uma tabela de total de unidades de associações por cada classe, sobre o qual calculamos a média de participação. Aqui também realizamos o exercício de interpretação que aplicamos em todas as análises, pelo qual reorganizamos as categorias associativas de acordo com os três grandes conjuntos de tipos de entidades, fazendo uma leitura cruzada para identificar melhor a caracterização de cada classe.

Essa interpretação está presente na Tabela 13.

Tabela 11 – Média de unidades associativas por cada classe de municípios

	Habitação	Saúde	Educação	Assistência Social	Profiss.Patr	Sindic	Partidos	Org_Relig	Int_Com	Dir_Civ	Dir_Dif	Cult_Art	Esp_Recr	Outr
CLS_1	.02	.76	22.54	5.69	6.15	4.78	1.41	17.28	5.29	.62	.87	3.30	4.06	.19
CLS_2	.02	.72	20.94	4.39	2.40	2.27	1.21	41.86	2.14	.22	.47	1.57	2.26	.05
CLS_3	0.00	.76	21.28	7.29	5.19	5.78	12.75	18.34	5.96	.90	.44	3.54	4.81	.19
CLS_4	0.00	0.00	12.66	4.38	3.88	3.59	39.28	15.93	4.35	.45	.76	3.01	3.43	.20
Total	.02	.71	21.42	5.53	4.94	4.24	5.12	23.56	4.55	.55	.70	2.89	3.69	.15

Essa tabela parece mostrar com maior clareza o padrão que fomos observando ao longo das análises, representado uma centralidade da relação entre *Organizações Religiosas* e *Partidos Políticos* como as únicas duas categorias preponderantes e em oposição. Assim, nos conjuntos de municípios onde os *Partidos* são preponderantes, as *Organizações Religiosas* diminuem, e vice-versa.

A maior classe deste agrupamento (Classe 1) que integra mais de 50% dos municípios revela um perfil composto com predominância das entidades *Prestadoras de Serviços de Educação* combinando com uma boa participação das entidades “do mundo do trabalho” (*Profissionais/Patronais* e *Sindicatos*) e as organizações de *Interesses Comunitários*.

A Classe 2, que é a segunda maior classe de toda a CHA, expressa uma centralidade das *Organizações Religiosas*, que são as únicas categorias preponderantes por fila e coluna, sugerindo um perfil claro desse conglomerado de municípios.

Já a Classe 3 apresenta uma centralidade dos *Partidos Políticos*, mas registra também uma boa média (se comparada com a média total) das entidades de *Assistência Social, Profissionais/Patronais, Sindicatos e Interesses Comunitários*, sugerindo um perfil composto. Isto significa que em 62 municípios (15,2%) do conglomerado, encontramos uma dinâmica na qual as entidades do “mundo do trabalho” (sindicatos e associações profissionais/patronais) partilham da centralidade que registram os *Partidos Políticos*.

Por fim, e diferente da anterior, a Classe 4 se caracteriza por uma – exclusiva – alta e significativa média dos *Partidos Políticos*, embora registre uma participação moderada das entidades *Culturais/Artísticas*. Resta ver se esse perfil parcialmente combinado se confirma na análise da densidade das categorias que veremos na tabela seguinte.

Será com a leitura da densidade, tendo em consideração a tabela da média de participação das associações por classes, que iremos elaborar nossa definição das tipologias associativas dos municípios selecionados.

Tabela 12 – Densidade das categorias organizativas e caracterização das quatro classes

	Habitação	Saúde	Educação	Assistência Social	Profiss.Patr.	Sindic.	Partidos	Org. Relig.	Int. Com	Dir. Civ.	Dir. Dif	Cult. Art	Esp. Recr.	Outr.
CLS_1	1.07	1.09	1.01	1.08	1.19	1.20	0.73	0.87	1.06	1.18	1.15	1.14	1.10	1.12
CLS_2	0.89	0.77	0.96	0.73	0.40	0.39	0.77	1.50	0.72	0.40	0.51	0.53	0.66	0.53
CLS_3	0.00	0.69	1.17	1.01	0.74	0.71	7.51	0.56	1.70	1.03	0.90	1.17	1.25	1.66
CLS_4	0.00	0.00	0.53	0.67	0.60	0.52	25.61	0.43	1.46	0.76	1.07	1.09	0.92	1.46
TOTAL	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00

Os dados apresentados confirmam a centralidade da polarização entre *Organizações Religiosas* por um lado, e *Partidos Políticos* e *Interesses Comunitários*, por outro. A essa polarização, que domina o maior número de classes, se complementa uma classe caracterizada por um perfil claramente composto de entidades *Prestadoras de Serviços, Profissionais/Patronais, Sindicatos* e o conjunto de entidades de *Defesa de Direitos e Difusão de Ideias*.

Partindo dessa compreensão geral sobre a tipologia gerada, podemos dizer que a Classe 1 expressa uma configuração combinada que retrata claramente a pluralidade associativa de mais de 50% dos municípios. Essa pluralidade está composta por entidades *Prestadoras de Serviços* (com ênfase em *Habitação* e *Saúde*),

Profissionais/Patronais, Sindicatos e Organizações de Defesa de Direitos e Difusão de Ideias.

A Classe 2, que reúne 25% dos municípios, é claramente de perfil de *Organizações Religiosas* sem nenhuma combinação com o resto das categorias. No entanto, a configuração de tipologia combinada de associações volta a surgir na Classe 3, com uma alta densidade dos *Partidos Políticos*, combinada com uma boa densidade de outras categorias (*Interesses Comunitários, Prestadoras de Serviços de Educação* e o conjunto das associações de *Difusão de Ideias*).

Por fim, a Classe 4 registra uma alta e significativa densidade de *Partidos Políticos*, apesar da boa participação das entidades de *Interesses Comunitários*. Apesar de esse perfil combinado, podemos inferir que alta densidade dos partidos sugere aqui um perfil especificamente partidário, distinto da configuração combinada da Classe 3.

Considerando essas interpretações sobre os perfis mostrados em ambas as tabelas, e particularmente que parte dessas configurações parecem se repetir em todas as possibilidades de classificação, sugerimos aqui uma definição das tipologias dos municípios integrados na nossa classificação. Essa tipologia se explica na Tabela 13:

Tabela 13 – Caracterização das tipologias associativas por cada classe

Classe	Tipologia	Característica
1	Associativismo Médio Composto	Classe caracterizada por uma combinação de associações que integram as <i>Prestadoras de Serviços</i> (Habitação e Saúde), <i>Profissionais/Patronais, Sindicatos</i> e o conjunto das entidades de <i>Defesa de Direitos</i> (Civis e Difuso).
2	Associativismo Religioso	Classe caracterizada por uma preponderância das <i>Organizações Religiosas</i> .
3	Associativismo Partidário, de Serviços e Difusão de Ideias.	Classe caracterizada por uma centralidade partidária, mas com boa participação das entidades de <i>Educação, Interesses</i>

Comunitários e Difusão de Ideias.

4 Associativismo Partidário

Classe caracterizada por uma significativa e relevante centralidade dos partidos, apesar da boa participação das entidades de *Interesses Comunitários*.

Como resultado dessa identificação de tipologias, observaremos como essa classificação se representa nos 409 municípios que compõem nosso universo de análise. Nossa exploração não apenas tentará ver o comportamento da tipologia no conjunto das RMs e municípios, mas buscaremos explorar as particularidades e diferenças entre as RMs, segundo a tipologia associativa.

3. TIPOLOGIAS DE MUNICÍPIOS SEGUNDO AS CARACTERIZAÇÕES ASSOCIATIVAS

Como já explicado no texto acima, esta análise persegue caracterizar 409 municípios compreendidos nas 20 RMs selecionadas de acordo com as tipologias associativas apresentadas. Nossa tipologia está determinada pela CHA resultante da análise sobre dois fatores que gerou quatro classes de municípios, apresentadas de acordo com as RMs na Tabela 14.

Tabela 14 – Frequência de tipologia de associações segundo as RMs selecionadas⁷

RM	Tipologia da classe	Número de Municípios	Porcentagem
RM Brasília	CLS 1 Associativismo Médio Composto	13	59.1
	CLS 2 Associativismo Religioso	8	36.4
	CLS 3 Associativismo Partidário, de Serviços e Difusão de Ideias	1	4.5
	Total	22	100.0
RM Santos	CLS 1 Associativismo Médio Composto	8	88.9
	CLS 2 Associativismo Religioso	1	11.1
	Total	9	100.0

⁷ Os mapas que mostram a caracterização das classes nos municípios para cada RM faz parte do conjunto de anexos deste relatório.

RM Belém	CLS 1 Associativismo Médio Composto	3	42.9
	CLS 2 Associativismo Religioso	3	42.9
	CLS 3 Associativismo Partidário, de Serviços e Difusão de Ideias	1	14.3
	Total	7	100.0
RM Belo Horizonte	CLS 1 Associativismo Médio Composto	22	44.9
	CLS 2 Associativismo Religioso	7	14.3
	CLS 3 Associativismo Partidário, de Serviços e Difusão de Ideias	11	22.4
	CLS 4 Associativismo Partidário	9	18.4
Total	49	100.0	
RM Campina Grande	CLS 1 Associativismo Médio Composto	8	42.1
	CLS 3 Associativismo Partidário, de Serviços e Difusão de Ideias	9	47.4
	CLS 4 Associativismo Partidário	2	10.5
Total	19	100.0	
RM Campinas	CLS 1 Associativismo Médio Composto	12	60.0
	CLS 2 Associativismo Religioso	5	25.0
	CLS 3 Associativismo Partidário, de Serviços e Difusão de Ideias	3	15.0
Total	20	100.0	
RM Curitiba	CLS 1 Associativismo Médio Composto	19	65.5
	CLS 2 Associativismo Religioso	2	6.9
	CLS 3 Associativismo Partidário, de Serviços e Difusão de Ideias	6	20.7
	CLS 4 Associativismo Partidário	2	6.9
Total	29	100.0	
RM Florianópolis	CLS 1 Associativismo Médio Composto	19	86.4
	CLS 3 Associativismo Partidário, de Serviços e Difusão de Ideias	2	9.1
	CLS 4 Associativismo Partidário	1	4.5
Total	22	100.0	
RM Fortaleza	CLS 1 Associativismo Médio Composto	15	78.9
	CLS 2 Associativismo Religioso	1	5.3
	CLS 3 Associativismo Partidário, de Serviços e Difusão de Ideias	3	15.8
Total	19	100.0	
RM Goiânia	CLS 1 Associativismo Médio Composto	10	50.0
	CLS 2 Associativismo Religioso	9	45.0
	CLS 3 Associativismo Partidário, de Serviços e Difusão de Ideias	1	5.0
Total	20	100.0	
RM Vitória	CLS 1 Associativismo Médio Composto	3	42.9
	CLS 2 Associativismo Religioso	3	42.9
	CLS 3 Associativismo Partidário, de Serviços e Difusão de Ideias	1	14.3
Total	7	100.0	
RM João Pessoa	CLS 1 Associativismo Médio Composto	9	75.0
	CLS 2 Associativismo Religioso	1	8.3
	CLS 3 Associativismo Partidário, de Serviços e Difusão de Ideias	1	8.3

	CLS 4 Associativismo Partidário	1	8.3
	Total	12	100.0
RM Manaus	CLS 1 Associativismo Médio Composto	10	76.9
	CLS 3 Associativismo Partidário, de Serviços e Difusão de Ideias	3	23.1
	Total	13	100.0
RM Maringá	CLS 1 Associativismo Médio Composto	14	53.8
	CLS 2 Associativismo Religioso	1	3.8
	CLS 3 Associativismo Partidário, de Serviços e Difusão de Ideias	6	23.1
	CLS 4 Associativismo Partidário	5	19.2
	Total	26	100.0
RM Natal	CLS 1 Associativismo Médio Composto	7	50.0
	CLS 2 Associativismo Religioso	1	7.1
	CLS 3 Associativismo Partidário, de Serviços e Difusão de Ideias	6	42.9
	Total	14	100.0
RM Porto Alegre	CLS 1 Associativismo Médio Composto	28	82.4
	CLS 2 Associativismo Religioso	1	2.9
	CLS 3 Associativismo Partidário, de Serviços e Difusão de Ideias	4	11.8
	CLS 4 Associativismo Partidário	1	2.9
	Total	34	100.0
RM Recife	CLS 1 Associativismo Médio Composto	6	42.9
	CLS 2 Associativismo Religioso	7	50.0
	CLS 3 Associativismo Partidário, de Serviços e Difusão de Ideias	1	7.1
	Total	14	100.0
RM Rio de Janeiro	CLS 1 Associativismo Médio Composto	2	9.5
	CLS 2 Associativismo Religioso	19	90.5
	Total	21	100.0
RM Salvador	CLS 1 Associativismo Médio Composto	9	69.2
	CLS 2 Associativismo Religioso	4	30.8
	Total	13	100.0
RM São Paulo	CLS 1 Associativismo Médio Composto	5	12.8
	CLS 2 Associativismo Religioso	30	76.9
	CLS 3 Associativismo Partidário, de Serviços e Difusão de Ideias	4	10.3
	Total	39	100.0

Das 20 Regiões Metropolitanas, apenas cinco (Belo Horizonte, Curitiba, João Pessoa, Maringá e Porto Alegre) registram uma alta diversidade associativa nos seus municípios, apresentando casos em todas as quatro classes. Já em contraposição, três RMs (Manaus, Rio de Janeiro e Salvador) registram uma forte concentração das associações com o maior número de municípios em duas classes, isto é, em apenas dois tipos de associações, com destaque para o “Associativismo Médio Composto”.

De fato, essa é a única classe que registra casos em todas as 20 RMs, o que não surpreende se considerarmos sua relevância na frequência geral dos dados mostrados na Tabela 12.

Tal dado pode ser no mínimo interessante se observarmos o comportamento da Classe 2, nomeada de “Associativismo Religioso” no interior de algumas Regiões Metropolitanas. Presente em 17 RMs, o associativismo religioso registra frequências significativas em seis RMs por cima dos 60% dos municípios. Em certas RMs essa classe apresenta casos em mais de 80% dos municípios, como acontece na Região Metropolitana do Rio de Janeiro onde 90% das cidades registram uma alta preponderância do associativismo religioso, seguida da RM de São Paulo, com 77% dos municípios. Apenas as RMs de Campina Grande, Florianópolis e Manaus não registram nenhum município com preponderância do ativismo religioso.

Essa diferença espacial é mais notória ao observar os mapas no Anexo. Enquanto as RMs da Região Sudeste mostram maior prevalência das entidades religiosas nos municípios que contornam o núcleo metropolitano, nas RMs do Nordeste observamos uma tipologia marcada por um associativismo médio composto (de Serviços e Defesa de Direitos) no seu núcleo metropolitano, tendo os municípios do seu entorno um mapa associativo mais diverso dos que no sudeste, entre organizações partidárias e associativismo partidário composto.

Trata-se do conjunto de municípios agrupados na Classe 3, de “Associativismo partidário, de Serviços e Difusão de Ideias”. Esta classe mostra dados similares ao da Classe 2, ao registrar casos também em 17 das 20 RMs, mas ela só é preponderante em apenas três Regiões Metropolitanas, com destaque para Campina Grande (47,4% dos seus municípios tem a tipologia de “Associativismo partidário, de Serviços e Difusão de Ideias”).

O associativismo puramente partidário que caracteriza a Classe 4 mostra sua baixa dimensão quando associado ao conjunto das RMs. Essa classe registra presença em apenas sete Regiões Metropolitanas, mas não é preponderante em nenhuma delas. Sua maior frequência está registrada nas RMs de Maringá, com 19% dos municípios, e Belo Horizonte, com 18%.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve o objetivo de identificar e interpretar as tipologias de associações em 409 municípios brasileiros de 20 Regiões Metropolitanas. Pela natureza dos dados disponíveis, nossa interpretação foi focalizada em um tipo específico de associações: as que possuem registro oficial de Pessoa Jurídica (CNPJ) com informações suficientes de serem registradas nas bases oficiais que usamos de referência. Isto é, o universo de entidades que conformam o chamado “Terceiro Setor”,

A nossa análise foi orientada por uma metodologia quantitativa, com capacidade de gerar tipologias de municípios, de acordo com o tecido associativo que lhes caracterizam, através de uma análise fatorial. Ao longo do processo, contudo, tivemos que enfrentar o desafio metodológico de classificar os conjuntos de municípios na procura de perfis diferenciados.

Os fatores selecionados através da Análise de Correspondência Binária (ACB) foram gerando perfis similares entre as classes, perdendo assim a distinção que poderia explicar uma classe específica, ao mesmo tempo em que detectamos o surgimento de classes residuais.

Por conta dessas constatações metodológicas, exploramos diversas possibilidades classificatórias. Testando cortes nos dendogramas obtidos na realização da Classificação Hierárquica Ascendente (CHA), fomos gerando diversas formas de classificação sobre 3, 4 e 2 fatores, até optar por uma classificação final (de 2 fatores e 4 classes) que nos permitiu detectar uma caracterização diferenciada entre as classes, facilitando assim a criação de tipologias municipais.

Apesar do desafio, nosso trabalho exploratório foi útil na medida em que fomos nos aproximando de detectar um padrão do comportamento associativo brasileiro. Pela nossa compreensão, as metrópoles brasileiras parecem experimentar uma polarização entre *Partidos Políticos* e *Organizações Religiosas*, embora tal polarização apareça combinada com a participação de outras unidades associativas. Um dado recorrente nos nossos esforços classificatórios foi mostrando que essa oposição central se complementa a uma frequência oscilante de entidades do “mundo do trabalho” (*Profissionais/Patronais* e *Sindicatos*) e as entidades de *Defesa de Direitos e Interesses Comunitários*.

Em termos analíticos, essa configuração parece sugerir um fortalecimento da vocação religiosa do associativismo brasileiro, não apenas em números absolutos (35% do total nacional são organizações religiosas, segundo a FASFIL), mas pela alta concentração

registrada nos maiores polos metropolitanos, se consideramos a dinâmica interna das RMs.

Existe também clara diferença dessa tipologia entre regiões. As RMs de Norte e Nordeste aqui mapeadas mostram uma alta participação de entidades de tipos diversos, com destaque para partidos políticos, associações de defesa de direitos e Sindicatos, destoando da concentração do tipo religioso registrada nas RMs do Sudeste.

Nossa compreensão teórica partiu de uma caracterização altamente plural do associativismo brasileiro constatada em estudos prévios. Assim, o debate ao redor do universo associativo do Terceiro Setor sempre foi compreendido partindo da distância com o Estado (e com o mercado), explorando as esperadas potencialidades para a consolidação da prática democrática. Contudo, o debate parece ter avançado em termos de compreender uma relação constitutiva entre as organizações sociais e o Estado, refletido nos convênios e certificados de operação que algumas entidades mobilizam para prover serviços públicos (LÜCHMANN, 2014; MORAIS et al., 2018).

Os dados utilizados nesta análise não nos permite capturar essa relação, mas a tipologia interpretada nos sugere a relevância de um associativismo que não necessariamente se pauta por benefícios para a prática democrática. Considerando o nosso recorte, 28,3% dos municípios analisados registram uma alta participação das *Organizações Religiosas* sem nenhum tipo de combinação, enquanto as entidades de *Defesa de Direitos* e de *Prestação de Serviços* de forma combinada mostram uma presença considerável em 23% das cidades. Já as entidades que se orientariam – segundo o esperado – por demandas políticas no espaço metropolitano como os *Sindicatos*, *Partidos Políticos* e *Entidades de Interesses Comunitários* são preponderantes numa média de 5% dos municípios analisados.

Maiores análises de tipo empírico são ainda necessárias para compreender a importância desses dados para a dinâmica metropolitana. Em outras palavras, precisaríamos ainda responder qual é a importância dessa prática associativa na construção do espaço urbano e, pensando em maior alcance, qual a eficiência dessa dinâmica social para impactar o Estado em torno de políticas progressistas.

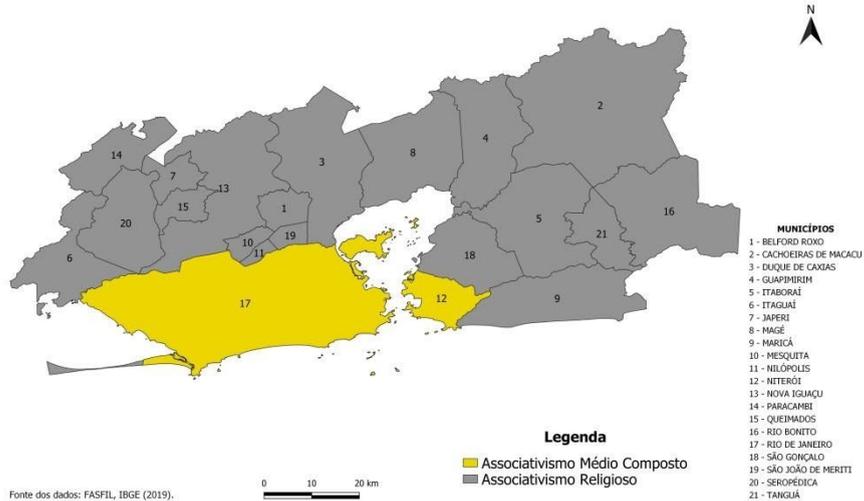
5. REFERÊNCIAS

- ABERS, R.; VON BÜLOW, M. "Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?". *Sociologias*, Porto Alegre, ano 3, n° 28, p. 52-84, 2011.
- AVRITZER, Leonardo. *A participação em São Paulo*. São Paulo: Unesp, 2004.
- CICONELLO, Alexandre. Associativismo no Brasil: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa. Brasília. Dissertação (mestrado em Ciência Política), Universidade de Brasília, 2006.
- COHEN, J.; ARATO, A. *Sociedad Civil y Teoría Política*. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.
- DAGNINO, E.; OLIVEIRA, A. J. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: DAGNINO, E.; OLIVEIRA, A. J.; PANFICHI, A. (Org.). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, p. 13-96, 2006.
- GURZA LAVALLE, A. Crítica ao modelo da nova sociedade civil. *Lua Nova*. Revista de Cultura e Política, v. 47, p. 121-135, 1999.
- HIRST, P. *Associative Democracy*. New Forms of Economic and Social Governance. Amhertz: University of Massachusetts, 1994.
- LÜCHMANN, H. H. Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 29, n. 85, p. 159-178, 2014.
- PAES DE PAULA, A. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 45, n. 1, p. 36-49, março 2005.
- RAIS, H. M. M. D.; ALBUQUERQUE, M. D. S. V. D.; OLIVEIRA, R. S. D.; CAZUZU, A. K. I.; SILVA, N. A. F. D. Organizações Sociais da Saúde: uma expressão fenomênica da privatização da saúde no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 34, 2018.
- VIOLIN, T. C. *Terceiro setor e as parcerias com a administração pública: uma análise crítica*. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

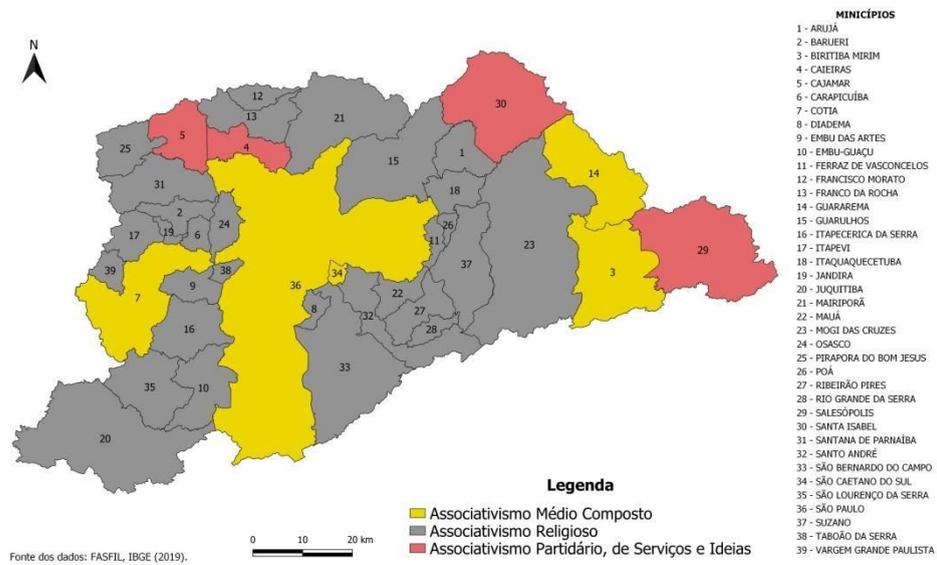
ANEXOS

Mapa Associativo das RMs do Sudeste

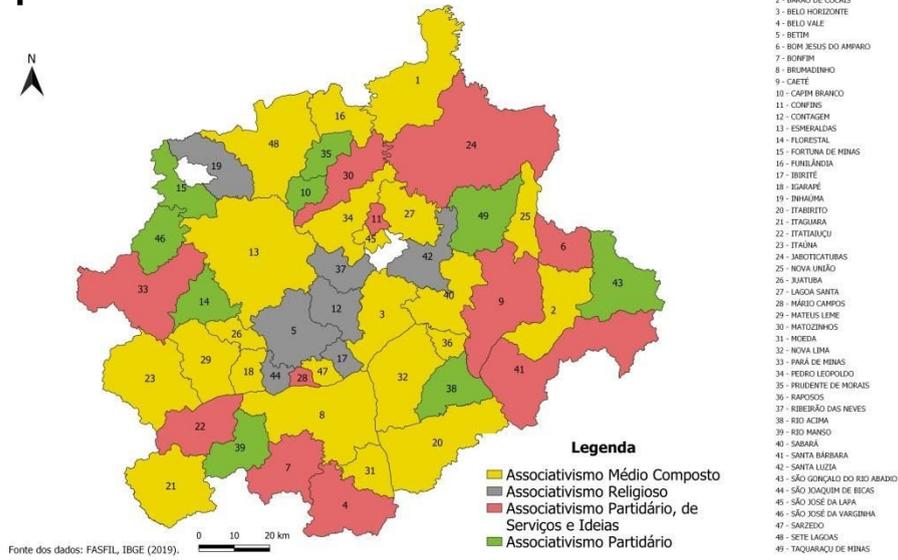
Tipologia associativa na Região Metropolitana do Rio de Janeiro



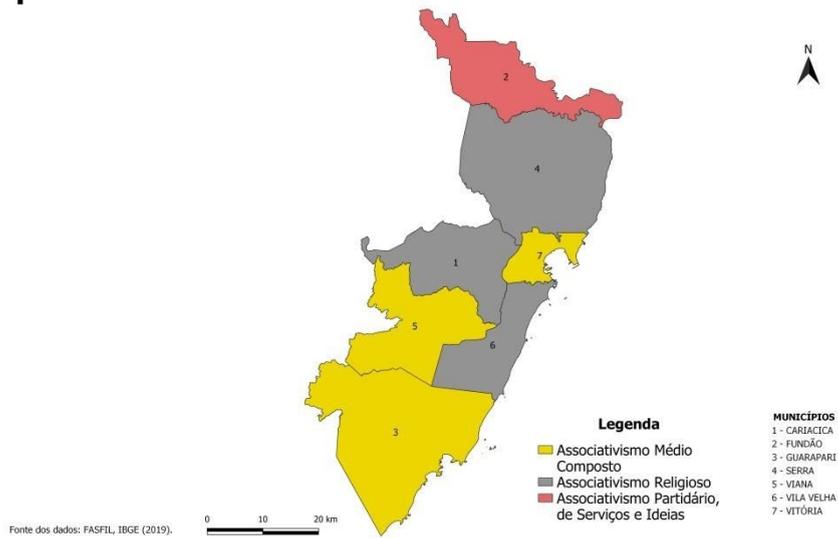
Tipologia associativa na Região Metropolitana de São Paulo



Tipologia associativa na Região Metropolitana de Belo Horizonte

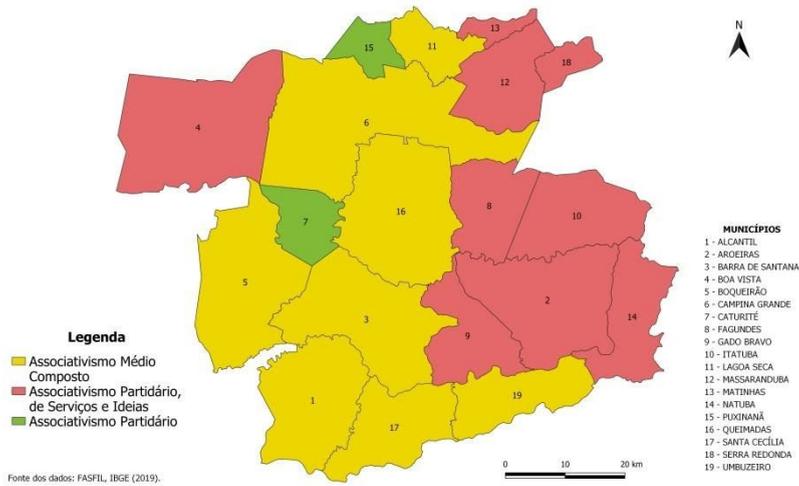


Tipologia associativa na Região Metropolitana de Vitória

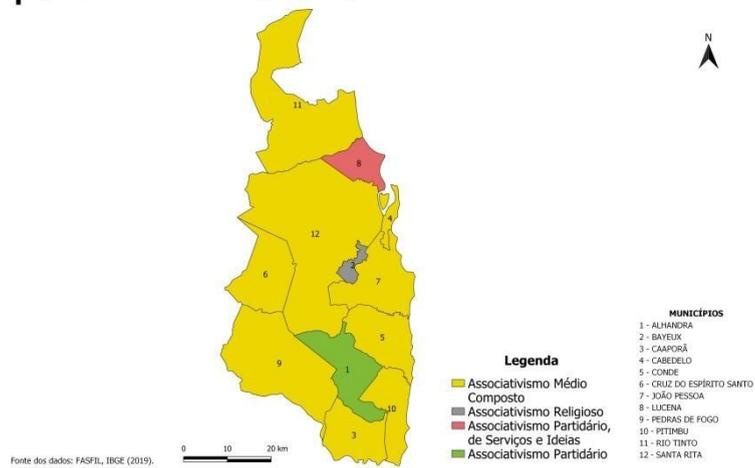


Mapa Associativo das RMs do Nordeste

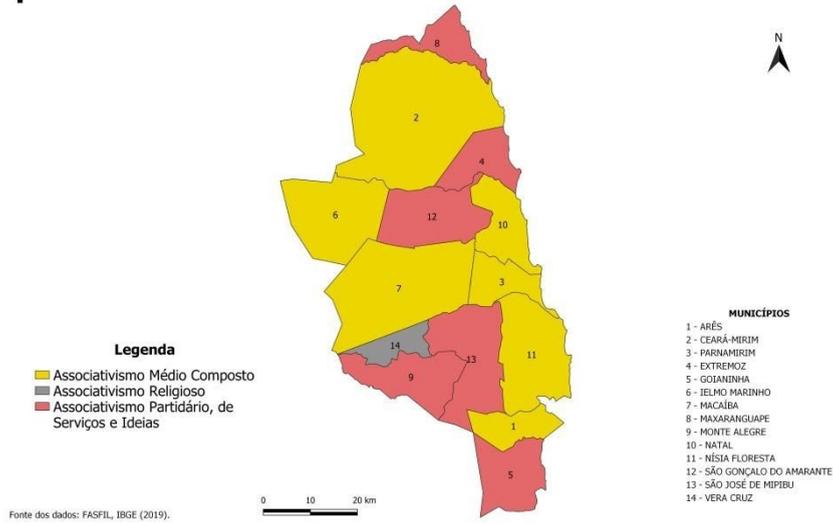
Tipologia associativa na Região Metropolitana de Campina Grande



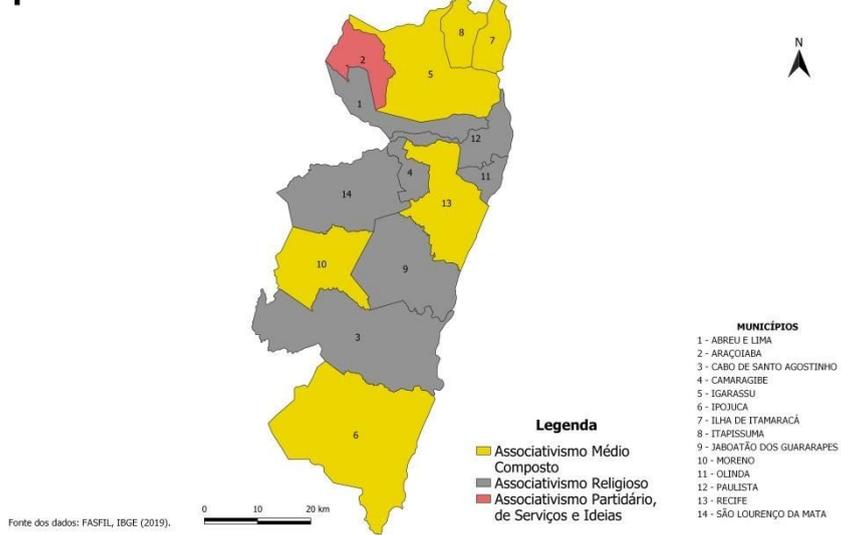
Tipologia associativa na Região Metropolitana de João Pessoa



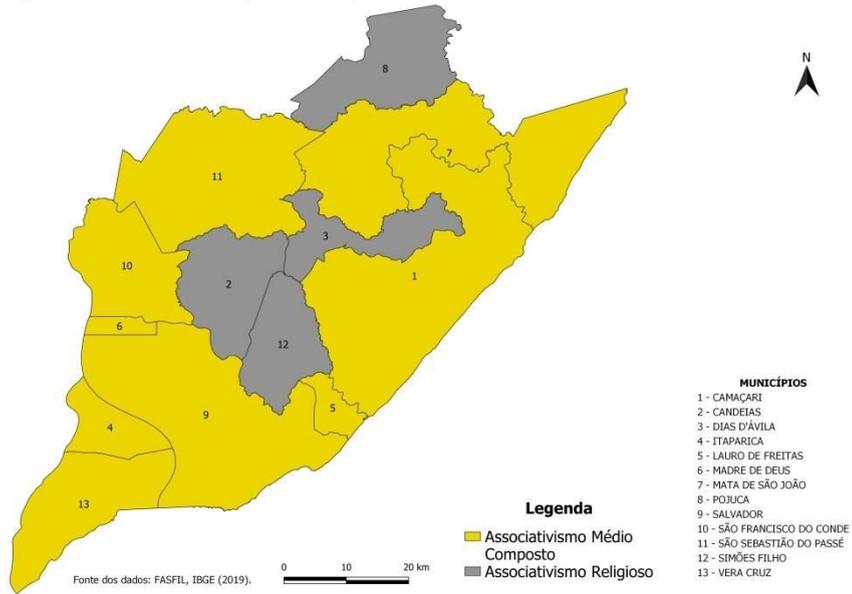
Tipologia associativa na Região Metropolitana de Natal



Tipologia associativa na Região Metropolitana do Recife

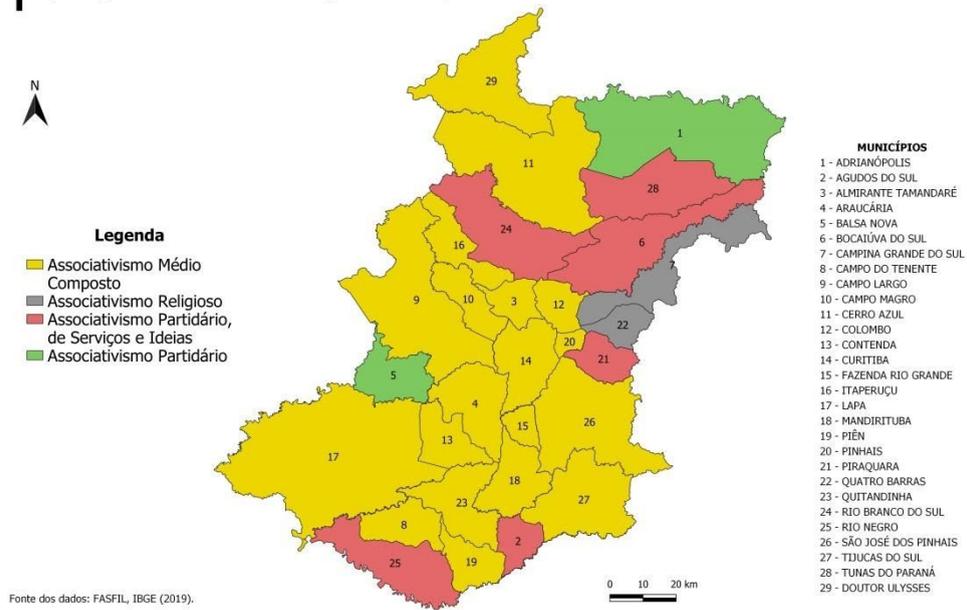


Tipologia associativa na Região Metropolitana de Salvador

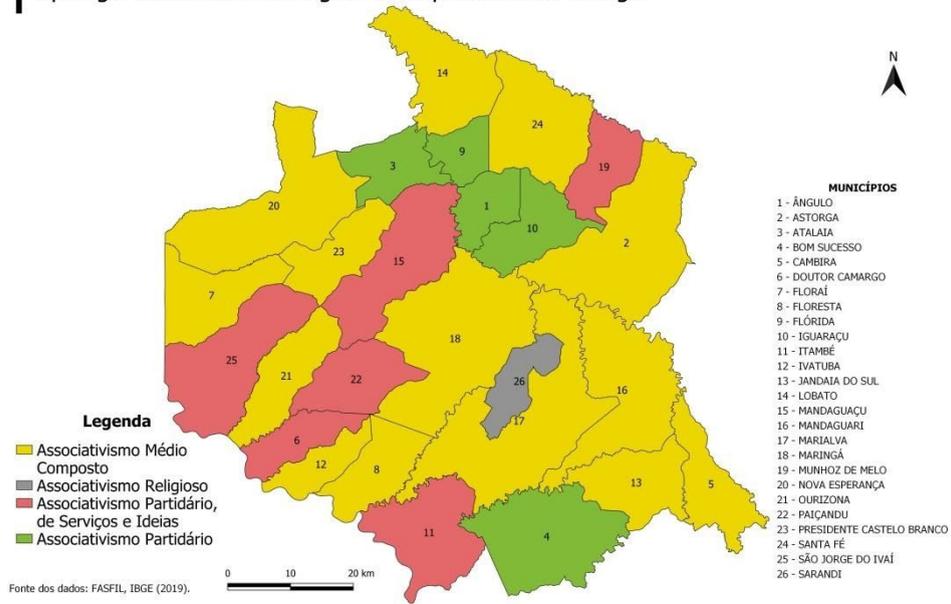


Mapa Associativo das RMs do Sul

Tipologia associativa na Região Metropolitana de Curitiba



Tipologia associativa na Região Metropolitana de Maringá



Tipologia associativa na Região Metropolitana de Porto Alegre

